

ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	DESPESAS LIQUIDADAS													
	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.597.705.661,49	1.613.039.534,97	1.702.354.359,75	2.458.772.191,92	1.621.604.713,52	1.724.313.919,90	1.810.613.498,27	1.870.695.675,82	1.816.826.873,28	1.824.695.036,24	1.887.718.082,80	1.821.064.587,61	21.749.404.135,57	2.292.636,41
Pessoal Ativo	923.781.717,71	958.989.807,07	1.015.175.919,21	1.503.853.362,97	941.869.325,17	974.217.582,62	1.031.974.854,47	1.043.382.902,52	1.076.217.372,71	1.082.565.919,93	1.140.742.548,34	1.072.360.334,13	12.765.131.646,85	1.526.376,37
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	808.891.299,14	674.575.590,13	879.840.028,49	1.268.273.068,48	825.054.225,43	853.849.306,02	904.345.992,02	914.726.175,73	944.605.292,05	948.438.725,37	1.009.429.591,73	942.219.072,21	10.974.248.366,80	1.526.376,37
Obrigações Patronais	114.890.418,57	284.414.216,94	135.335.890,72	235.580.294,49	116.815.099,74	120.368.276,60	127.628.862,45	128.656.726,79	131.612.080,66	134.127.194,56	131.312.956,61	130.141.261,92	1.790.883.280,05	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	659.182.140,09	645.761.881,86	676.184.942,57	934.153.114,64	678.886.110,58	684.439.032,91	720.602.213,17	728.039.356,48	728.917.034,26	733.980.494,52	736.872.782,00	733.067.464,49	8.660.086.567,57	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	562.931.040,69	565.848.613,88	591.981.357,46	821.969.694,25	595.533.711,52	597.001.834,46	635.216.506,18	642.682.430,41	641.458.470,70	646.899.157,18	649.797.746,74	643.067.491,37	7.594.388.054,84	-
Pensões	96.251.099,40	79.913.267,98	84.203.585,11	112.183.420,39	83.352.399,06	87.437.198,45	85.385.706,99	85.356.926,07	87.458.563,56	87.081.337,34	87.075.035,26	89.999.973,12	1.065.698.512,73	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	14.741.803,69	8.287.846,04	10.993.497,97	20.765.714,31	849.277,77	65.657.304,37	58.036.430,63	99.273.416,82	11.692.466,31	8.148.621,79	10.102.752,46	15.636.788,99	324.185.921,15	766.260,04
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	304.931.398,17	262.534.886,79	291.092.313,18	528.901.801,00	245.698.895,32	304.276.313,57	312.837.520,67	322.645.473,77	325.498.164,33	327.750.478,98	389.380.215,42	322.784.562,49	3.938.332.023,69	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	471.762,57	72.982,54	340.552,56	299.779,55	28.954,59	217.200,78	1.075.071,21	1.358.471,86	396.517,95	1.148.385,80	315.532,42	92.354,33	5.817.566,16	-
Decorrentes de Decisão Judicial	39.919.718,84	19.690.106,69	21.964.122,84	24.463.354,84	5.809.286,46	56.066.889,56	47.464.457,82	50.834.896,90	53.237.363,43	53.454.914,12	110.826.701,62	52.895.675,10	497.247.274,84	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.022.765,33	5.830.080,54	4.702.330,93	5.039.087,92	-	-	-	-	-	-	-	-	20.594.264,72	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	259.517.151,43	276.321.930,40	264.085.306,85	499.099.578,69	239.860.654,27	247.992.223,23	264.297.991,64	270.452.105,01	271.864.282,95	273.147.179,06	278.237.981,38	269.796.533,06	3.414.672.917,97	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)	1.292.774.263,32	1.350.504.648,18	1.411.262.046,57	1.929.870.390,92	1.375.905.816,20	1.420.037.606,33	1.497.775.977,60	1.548.050.202,05	1.491.328.708,95	1.496.944.557,26	1.498.337.867,38	1.498.280.025,12	17.811.072.111,88	2.292.636,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		49.928.940.541,97
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		68.252.765,09
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)		81.420.407,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		49.779.267.369,88
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		17.813.364.748,29
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		24.192.723.941,76
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		22.983.087.744,67
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		21.773.451.547,59

FONTE: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF - 15/09/2022 13:43:35

Notas:

- Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. Até o mês atual houve cancelamento de R\$ 346.524,20 em despesas do grupo 1 e R\$ 11.246,69 em despesas do elemento 34 do grupo 3.
- Este Demonstrativo é parte integrante do RGF do poder executivo e da defensoria pública
- Foi incluído o valor de R\$ 201.085.801,58 na linha de "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)" nos meses de janeiro a abril, para atender o item 04.01.02.01 (3) da 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), em face do fim da vigência do prazo previsto na Portaria ME nº 377/2020.
- Em 01/07/2022, o Decreto Legislativo 79/2022 sustou a Portaria nº 377/20 "Art. 1º Fica susposto, nos termos do inciso V do caput do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, que "Estabelece prazos para a definição de rotinas e contas contábeis, bem como classificações orçamentárias para operacionalização do item 04.01.02.01 (3) da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, e alterações posteriores".